



CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ 06.981.180/0001-16 – NIRE 31300020568
ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO

Fica a acionista Companhia Energética de Minas Gerais convocada para as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a realizarem-se, cumulativamente, em 30 de abril de 2014, às 15 horas, na Av. Barbacena, 1200, 17º andar, ala A1, em Belo Horizonte-MG, a fim de deliberar-se sobre as seguintes matérias:

- a) exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, bem como dos respectivos documentos complementares;
- b) destinação do lucro líquido do exercício de 2013, no montante de R\$490.254 mil;
- c) definição da forma e data do pagamento dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio, no montante de R\$263.600 mil;
- d) eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração, se houver alteração na composição do Conselho de Administração da Cemig; e,
- e) eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, em decorrência do final do mandato.

Belo Horizonte 13 de março de 2014.

Dorothea Fonseca Furquim Werneck
Presidente do Conselho de Administração

PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO ÀS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA, A REALIZAREM-SE, CUMULATIVAMENTE, ATÉ 30 DE ABRIL DE 2014.

À Acionista Companhia Energética de Minas Gerais:

O Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A.:

Considerando o artigo 192 da Lei 6.404, de 15-12-1976 e posteriores atualizações, os artigos 20 a 24 do Estatuto Social; bem como as Demonstrações Financeiras do exercício de 2013, com apresentação de lucro líquido de R\$490.254 mil e que compete ao Conselho de Administração propor à Assembleia Geral Ordinária a destinação do lucro líquido da Companhia;

vem propor que, ao lucro líquido do exercício de 2013, no montante de R\$490.254 mil, seja dada a seguinte destinação:

- a) R\$24.513 mil, relativos a 5% do lucro líquido, sejam alocados à conta de Reserva Legal, em conformidade com a alínea "a" do parágrafo único do artigo 21 do Estatuto Social;
- b) R\$123.157 mil sejam destinados ao pagamento de dividendos através de Juros sobre o Capital Próprio - JCP, conforme CRCA-056/2013, de 11-10-2013, e CRD-410/2013, de 06-12-2013, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 05-12-2013;
- c) R\$140.443 mil forma de dividendos de 2013, fazendo jus todos os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas na data da realização da AGO;
- d) R\$202.141 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros para garantir os investimentos da Companhia previstos para o exercício de 2014.

Os pagamentos dos dividendos de 2013 serão realizados em duas parcelas, 50% até 30-06-2014 e 50% até 30-12-2014, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria Executiva.

O Anexo 1 resume o cálculo dos dividendos propostos pela Administração, em conformidade com o Estatuto Social. O Anexo 2 apresenta o Orçamento de Capital da Companhia para o exercício de 2014.

Como se verifica, a presente proposta tem como objetivo atender aos legítimos interesses da acionista e da Empresa, motivo pelo qual o Conselho de Administração espera que seja ela aprovada.

Belo Horizonte, 13 de março de 2014.

Dorothea Fonseca Furquim Werneck

Paulo Roberto Reckziegel Guedes

Djalma Bastos de Morais

Tadeu Barreto Guimarães

Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz

Wando Pereira Borges

Eduardo Borges de Andrade

Bruno Magalhães Menicucci

Guy Maria Villela Paschoal

José Augusto Gomes Campos

Joaquim Francisco de Castro Neto

Newton Brandão Ferraz Ramos

ÍNDICE

Anexo 1 – Destinação do lucro líquido do exercício de 2013 - Anexo 9-1-II da ICVM 481/09

Anexo 2 – Orçamento de Capital da Companhia para o exercício de 2014

Anexo 3 – Comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia - item 10 do Formulário de Referência - art. 9º, III da ICVM 481/09

Anexo 4 – Eleição de membros do CA e CF – itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência – art. 10 da ICVM 481/09

Anexo 5 – Parecer do CF

Anexo 6 – Ata da reunião do CF

Anexo 7 – Parecer Auditores Independentes – item IV do art. 9º da ICVM 481/09

ANEXO 1 À PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2013 DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, À REALIZAR SE ATÉ 30-04-2014.**DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO DOS DIVIDENDOS PROPOSTOS
CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A****31-12-2013**
R\$ mil**Dividendos Obrigatórios**

Lucro Líquido do Exercício	490.254
Dividendo Obrigatório – 50,00% do lucro líquido	245.127

Dividendos Propostos-

Juros sobre Capital Próprio	123.157
Dividendos propostos	140.443
Total	<u>263.600</u>
(-) Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os Juros sobre o Capital Próprio	<u>(18.473)</u>
	245.127

Dividendos por ação - R\$

Dividendos Estatutários	0,11
Dividendos Propostos (líquido do IRRF sobre o JCP)	0,11

ANEXO 2 À PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO DO EXERCÍCIO DE 2013 DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, A REALIZAR-SE ATÉ 30-04-2014

ORÇAMENTO DE CAIXA DE 2014
CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
Valores em R\$ mil correntes

Descrição	Total 2014	AV %
<u>A - SALDO INICIAL</u>	765.611	-
<u>B - RECURSOS</u>	13.419.069	100,0
Arrecadação	11.232.337	83,7
Financiamentos	2.143.400	16,0
Outros	43.332	0,3
<u>C - DESEMBOLSOS</u>	13.880.191	100,0
Programa de Investimento	877.422	6,3
EETompra / Transporte	5.402.384	38,9
Orçamento de Despesas	2.029.388	14,6
Impostos	3.590.410	25,9
Dívida	1.418.741	10,2
Dividendos	263.600	1,9
Outros	298.246	2,1
<u>D - SALDO FINAL (A+B-C)</u>	304.489	-

Anexo 3

10.1. Os diretores devem comentar:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

Os diretores da Companhia entendem que o ano de 2013, mesmo com os desafios de um cenário de revisão tarifária da Companhia, a execução de um programa de investimentos ambicioso e a constante busca de oferecer um atendimento de qualidade aos consumidores, conseguiram, apresentar um lucro de R\$627 milhões em 2013, superior em 228,3% ao lucro de 2012, no valor de R\$191 milhões. Isto se deve a fato de buscar a melhoria de eficiência operacional da Companhia, com redução de custos, maior eficiência nos processos e prudência nos investimentos, em conformidade a lógica regulatória. Eles entendem que estas ações e a disciplina de investir em ativos que agreguem valor certamente têm contribuído de forma significativa para o crescimento da Companhia.

Os diretores confiam em um ambicioso Programa de Investimentos para o período de 2013 a 2017, cerca de R\$3,7 bilhões, estando prevista a ligação de 1,2 milhão de novos consumidores no mesmo período. Em 2013 já foi executado R\$ 884 milhões do Programa, com a ligação de mais de 200 mil novos consumidores.

O baixo nível dos reservatórios das usinas no final de 2013 e início de 2014 elevaram os preços de energia no mercado atacadista para valores superiores a R\$800,00/Mwh, o que pressiona o caixa das empresas distribuidoras, que passam a ter um custo expressivo com aquisição de energia. Nessa situação torna-se imprescindível o apoio do Governo Federal e agentes reguladores na construção de soluções que mantenham o equilíbrio econômico-financeiro das empresas do setor e a viabilização da liquidação financeira das transações entre distribuidores e geradores de energia elétrica.

Nesse contexto, os diretores estão confiantes que visão estratégica da Companhia, baseada nos princípios de sustentabilidade e responsabilidade social, de como devemos fazer a gestão dos diversos empreendimentos que estamos levando a cabo irá proporcionar aos nossos acionistas o retorno adequado e atrativo dos investimentos realizados.

O resultado de 2013 foi impactado pelo maior custo com compra de energia elétrica, tendo em vista a queda do nível dos reservatórios das usinas, gerando o consequente despacho das usinas térmicas, cujo custo é muito mais alto e refletiu-se nas despesas da Companhia.

A Companhia Energética de Minas Gerais (“CEMIG”) está em discussão com a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) das questões relacionadas ao processo de revisão tarifária, destacando-se as questões relacionadas à eficiência operacional e prudência nos investimentos. Os Diretores tem a consciência dos desafios impostos de tornar a

Companhia mais eficiente, com uma gestão adequada de custos e uma gestão de investimentos que atenda aos critérios de prudência estabelecidos pelo Regulador.

Os Diretores entendem que a Companhia tem uma estrutura de capital equilibrada, representada, em 31 de dezembro de 2013, por um endividamento de R\$5,2 bilhões, sendo 22% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 78% representado por dívidas de longo prazo e em 31 de dezembro de 2012, por um endividamento de R\$4,6 bilhões, sendo 84% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 16% representado por dívidas de longo prazo. Essa concentração no curto prazo decorreu do reconhecimento de 26% da dívida da Companhia no passivo circulante, por não se ter obtido, antes do encerramento das Demonstrações Contábeis, o consentimento formal (“*waiver*”) de que os credores não irão exercer os direitos de exigirem o pagamento, imediato ou antecipado, da dívida em função da quebra de *covenant* ocorrida. A Companhia obteve posteriormente os consentimentos, mas como esse fato ocorreu em data posterior a 31 de dezembro de 2012, os contratos cujas cláusulas não foram atendidas foram reconhecidos no Passivo Circulante. O montante transferido para o Passivo Circulante em decorrência das cláusulas restritivas não atendidas foi de R\$1.206 milhões. Em 31 de dezembro de 2011, havia um endividamento de R\$3,5 bilhões, sendo 18% deste montante representados por dívidas de curto prazo e 82% representados por dívidas de longo prazo. Em vista disso, o endividamento da Companhia tem prazo compatível com a sua expectativa de geração de caixa, o que confere à Companhia liquidez e flexibilidade operacional para implementar e executar seu plano de investimento.

Mais informações sobre as medidas não contábeis, definições e conciliações com as Demonstrações Contábeis da Companhia, veja itens 3.7 e 3.9 deste Formulário de Referência.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: (i) hipóteses de resgate; e (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

O padrão de financiamento das operações da Companhia por capital próprio e de terceiros pode ser percebido ao longo dos anos pela alavancagem medida pela relação entre o endividamento e a capitalização (patrimônio líquido mais dívida líquida). O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2013 era de R\$2.493 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$ 4.562 milhões. O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2012 era de R\$2.193 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$4.419 milhões. Já em 31 de dezembro de 2011 o patrimônio líquido da Companhia era de R\$2.617 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$2.984 milhões respectivamente. Os Diretores da Companhia entendem que a relação dívida líquida/(patrimônio líquido mais dívida líquida) tem se situado em níveis adequados, sendo 64% em 31 de dezembro de 2013, 66% em 31 de dezembro de 2012 e 53% em 31 de dezembro de 2011.

Não há possibilidade de resgate de ações de emissão da Companhia, além das legalmente previstas.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores da Companhia destacam a capacidade de geração de caixa da Companhia. Até 31 de dezembro de 2013, foram gerados pelas atividades operacionais o expressivo montante de R\$1.287 milhões de disponibilidades. Até 31 de dezembro de 2012, foi gerado pelas atividades operacionais o montante de R\$889 milhões de caixa. Até 31 de dezembro de 2011, foi gerado pelas atividades operacionais o expressivo montante de R\$1.613 milhões de caixa.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$686 milhões em 31 de dezembro de 2013, R\$190 milhões em 31 de dezembro de 2012 e R\$527 milhões em 31 de dezembro de 2011.

Por outro lado, a dívida líquida (empréstimos, financiamentos e debêntures menos caixa e equivalentes de caixa) da Companhia em 31 de dezembro de 2013 era de R\$4.562 milhões, em 31 de dezembro de 2012 era de R\$4.419 milhões e em 31 de dezembro de 2011 era de R\$2.984 milhões. O indicador de 2013 indica que 4 anos de geração de caixa operacional (LAJIDA) seriam suficientes para quitar o saldo devedor. Já o indicador de 2012 indica que cerca de 5 anos de geração de caixa operacional (LAJIDA) seriam suficientes para quitar o saldo devedor, enquanto o indicador de 2011 indica que 2 anos seriam suficientes. Tais índices trazem conforto para a Administração e para os investidores em relação à capacidade da Companhia de honrar os seus compromissos financeiros. Mais informações sobre as medidas não contábeis, definições e conciliações com as Demonstrações Contábeis da Companhia, veja itens 3.7 e 3.9 deste Formulário de Referência.

Os Diretores da Companhia entendem que a dívida total de R\$5.248 milhões, está escalonada ao longo dos anos, com 55,26% vencendo em 4 anos e com prazo médio de 4,7 anos, conforme gráfico abaixo:



Os Diretores destacam que a Companhia tem sido bem sucedida em acessar o mercado de capitais, seja para financiar seus investimentos ou para refinar sua dívida. Exemplo disso foram as seguintes emissões de títulos:

- 1ª emissão de debêntures simples, em 01/06/2006, no valor de R\$250,5 milhões destinados à permuta da 1ª emissão de debêntures da CEMIG;
- 1ª emissão de notas promissórias, em 27/07/2006, no valor de R\$300 milhões, destinados à recomposição de caixa referente às dívidas vencidas desde janeiro de 2006 e o pagamento de dívidas vincendas no restante do ano;
- 2ª emissão de notas promissórias, em 02/01/2007, no valor de R\$200 milhões, destinados a recomposição do caixa da Companhia utilizado nos pagamentos de dívidas ocorridos a partir de agosto de 2006 até o recebimento dos recursos e ao pagamento das dívidas vincendas até o final do ano;
- 3ª emissão de notas promissórias, em 29/06/2007, no valor de R\$400 milhões, destinados para (i) recomposição do caixa utilizado nos pagamentos de principal de dívidas da Companhia, pagamentos estes ocorridos entre janeiro de 2007 e a data da liberação dos recursos, estimados em R\$297 milhões, dos quais se destaca o pagamento do principal da 2ª emissão de notas promissórias da Companhia, no valor de R\$200 milhões; e (ii) pagamento de principal das dívidas vincendas até o final do ano, limitado a R\$103 milhões;
- 2ª emissão de debêntures simples, em 15/12/2007, no valor de R\$400 milhões, destinados ao pagamento parcial do saldo devedor remanescente das notas promissórias emitidas no âmbito da 3ª emissão de notas promissórias da Companhia;
- 4ª emissão de notas promissórias, em 28/12/2011, no valor de R\$100 milhões destinados à reforço de capital de giro;
- 5ª emissão de notas promissórias, em 02/07/2012, no valor de R\$640 milhões, destinados ao financiamento de investimentos, já realizados ou a serem realizados pela Companhia, pagamento de dívida(s) contraída(s) pela Companhia e/ou reforço do capital de giro da Companhia;
- 6ª emissão de notas promissórias, em 21/12/2012, no valor de R\$600 milhões, destinados à reposição do caixa em função de investimentos e pagamentos de dívidas realizados pela Companhia ao longo do ano de 2012; e

- 3ª emissão de debêntures simples, em 15/02/2013, no valor de R\$2.160 milhões, destinados resgate das 64 Notas Promissórias da 5ª Emissão e das 60 Notas Promissórias da 6ª Emissão, bem como para o investimento em obras destinadas a ampliar, renovar e melhorar a estrutura de distribuição de energia elétrica da Companhia.

O passivo circulante era de R\$3.300 milhões em 31 de dezembro de 2013, de R\$6.250 milhões em 31 de dezembro de 2012 e R\$2.605 milhões em 31 de dezembro de 2011. As principais obrigações referem-se aos empréstimos, financiamentos, fornecedores, impostos e encargos regulatórios.

Dessa forma, os Diretores da Companhia consideram que a Companhia tem alta capacidade de pagamento em relação aos seus compromissos, mantendo o seu histórico de cumprir fielmente os seus compromissos financeiros assumidos com fornecedores, governo, acionistas e empregados e também garantir os seus investimentos e aquisições futuras.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Em março de 2013, a Companhia concluiu a 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples por meio da qual foram emitidas 2.160.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografia, em três séries, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais) na data de emissão, qual seja, 15 de fevereiro de 2013, totalizando R\$2.160 milhões. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados ao resgate integral das notas promissórias comerciais da 5ª e da 6ª emissão da Companhia emitidas em 13 de janeiro de 2012, pelo seu valor nominal, acrescido de juros remuneratórios, e aos investimentos na infraestrutura de distribuição. Foram emitidas 410.817 debêntures da primeira série, 1.095.508 debêntures da segunda série e 653.675 debêntures da terceira série, com prazo de vencimento de 5 anos, 8 anos e 12 anos a contar da data de emissão, respectivamente. A 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples conta com o aval da sua controladora, a CEMIG.

Em 2013, A Cemig D, prorrogou também parte de sua dívida por meio da renovação de operações de crédito no valor de R\$600 milhões, contratadas via cédulas de crédito comercial com o Banco do Brasil.

Em 2012, foram captados R\$1.649 milhões pela Companhia, sendo R\$200 milhões através da emissão de uma Cédula de Crédito Bancário em favor do Banco do Brasil para o refinanciamento de dívidas existentes, R\$1.240 milhões através de duas emissões de notas promissórias comerciais para financiamento de investimentos, pagamentos de dívidas e/ou reforço de capital de giro, R\$34 milhões através dos contratos de financiamento da Eletrobrás para o Programa Luz Para Todos, Programa Cresceminas e o Programa Reluz e R\$175 milhões de recursos a fundo perdido no âmbito do Programa Luz para Todos e de subvenção

econômica relacionada com a política tarifária aplicável aos consumidores de baixa renda e com os recursos da CODEMIG para o Centro Administrativo.

A Companhia recorreu ao mercado de capitais ao final de 2011, emitindo R\$100 milhões em notas promissórias para reforço de capital de giro. Ao longo do ano de 2011, foram captados R\$410 milhões em empréstimos e R\$116 milhões em financiamentos da Eletrobrás para o Programa Reluz, Programa Cresce Minas e Programa Luz para Todos. Além disso, a empresa contou com R\$291 milhões em recursos a fundo perdido no âmbito do Programa Luz para Todos (recursos da CDE e do Estado de Minas Gerais) e de subvenção econômica relacionada com a política tarifária aplicável aos consumidores de baixa renda com os recursos da CODEMIG para o Centro Administrativo.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia é uma subsidiária integral da CEMIG, sociedade de economia mista com participação majoritária do Estado de Minas Gerais e, portanto, está sujeita às regras de contingenciamento de crédito ao setor público.

Desde 1989, na tentativa de conter o endividamento público, o Governo Federal tem legislado no sentido de impedir as instituições financeiras de conceder crédito às empresas públicas além de determinado limite. Na prática, são poucas as alternativas de captação de recursos no mercado bancário.

Com base nas exceções da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, do Banco Central do Brasil, restam à Companhia as seguintes opções de captação:

- empréstimos de bancos federais para a rolagem de dívida;
- emissão de títulos nos mercados nacional e internacional (debêntures, *commercial papers*, *eurobonds*, quotas de fundos de recebíveis);
- financiamento para importação;
- financiamento de agências multilaterais;
- financiamentos de órgãos de fomento; e
- empréstimos bancários garantidos por duplicatas de venda mercantil.

Diretrizes para a captação de recursos de terceiros.

Os Diretores da Companhia entendem que a importância dos empréstimos/financiamentos para a estrutura de capital da Companhia reside nos efeitos diretos da alavancagem financeira,

que tende a maximizar o retorno do capital próprio. Devido à possibilidade de se deduzir os juros para fins fiscais, o empréstimo/financiamento é bastante desejável na estrutura de capital da Companhia, reduzindo o custo do capital. Além disso, permite à Companhia acessar uma seleção maior de alternativas de investimento aceitáveis.

O processo de captação de recursos de terceiros, pela relevância que tem para a maximização da riqueza do acionista e pelo impacto direto na estrutura de capital da Companhia e na sua saúde financeira, se pauta por uma série de diretrizes capazes de preservar a qualidade de crédito da Companhia.

Nesse sentido, observam-se as seguintes orientações:

- Aproveitar as condições favoráveis de mercado. Momentos de grande liquidez nos mercados de dívida, que oferecem recursos abundantes e mais baratos, devem ser aproveitados para alavancar a expansão das atividades da Companhia, viabilizando um número maior de projetos com retornos atrativos.
- Manter alongado o cronograma de amortização da dívida. Deve ser evitada a concentração de dívida vencendo no curto prazo, pois representa pressão no fluxo de caixa da Companhia, comprometendo a disponibilização de recursos para investimento. Deve-se buscar um cronograma de amortizações regular no longo prazo. Entretanto, o prazo mais longo possível pode não ser o ideal em certas situações, por estar, eventualmente, associado a um custo financeiro maior.
- Reduzir o custo financeiro. Deve-se buscar sempre a redução do custo médio da dívida, pois ela é parte fundamental, ao lado da expectativa de retorno do acionista, do custo médio ponderado do capital da Companhia, que é a referência mínima de retorno dos investimentos candidatos a serem implementados.
- Otimizar a exposição à moeda estrangeira. Deve-se buscar a otimização da composição da dívida em relação aos indexadores dos ativos da Companhia. A Companhia, por ter sua remuneração tarifária basicamente atrelada ao IGP-M, deve depositar nesse indexador a maior fatia da composição da dívida. Entretanto, o mercado de dívida internacional é o de maior liquidez e recursos em moeda estrangeira são bem-vindos, desde que a parcela que não contar com a proteção de hedge não represente risco financeiro material para a Companhia.
- Manter coerência com o Plano Diretor da CEMIG. A CEMIG tem em seu Estatuto Social a expressa obrigação de manter determinados indicadores financeiros limitados a números que denotam a sua saúde financeira. Tais limites foram definidos no Plano Diretor da CEMIG, como forma de se garantir aos acionistas que os investimentos para a expansão da companhia serão realizados preservando-se a sua sustentabilidade. Tais limites são: Dívida / LAJIDA menor ou igual a 2 e Dívida Líquida / (Patrimônio

Líquido + Dívida Líquida) menor ou igual a 40%, entre outros. A Companhia contribui para a manutenção dos indicadores dentro dos limites.

- Manter aderência aos parâmetros de qualidade de crédito do órgão regulador, das agências de *rating* e dos credores. Os Diretores da Companhia entendem que as percepções de risco do mercado são importantes, pois definem parâmetros para atestar a qualidade de crédito da Companhia e balizar a sua decisão de taxa de juros a ser requerida na concessão do empréstimo/financiamento. Muitas vezes, os contratos de empréstimo/financiamento preveem cláusulas restritivas impostas pelos credores, que buscam sua proteção, garantindo-lhe o direito de romper o acordo de crédito e requerer o reembolso imediato dos recursos quando a posição financeira da Companhia parecer estar se enfraquecendo. Deve-se, então, preservar a qualidade de crédito da Companhia em níveis que denotem “grau de investimento”, ou seja, investimento de baixo risco, para se beneficiar de custos financeiros compatíveis com a rentabilidade do negócio. A ANEEL, órgão regulador das atividades da Companhia, também define uma estrutura ótima de capital para fins de remuneração de base de ativos regulatórios da distribuição.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$5.248 bilhões, sendo R\$4.562 bilhões a dívida líquida. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo devedor da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$4.610 milhões, sendo R\$4.419 milhões a dívida líquida. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo devedor da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$3.511 milhões, sendo R\$2.984 milhões a dívida líquida.

O custo médio da dívida da Companhia tem se mantido em níveis adequados ao longo dos anos (5,68% ao ano a preços constantes em 31 de dezembro de 2013, 5,41% ao ano, a preços constantes, em 31 de dezembro de 2012 e 7,71% ao ano, a preços constantes, em 31 de dezembro de 2011), reflexo da concentração da dívida em contratos indexados em taxa de juros DI – Depósito Interfinanceiro (“CDI”). Em 30 de dezembro de 2013, os principais indexadores das dívidas da Companhia eram: CDI (38% do total), IGPM (8% do total) e IPCA (47% do total).

A análise dos indicadores da tabela abaixo aponta para uma qualidade de crédito satisfatória da Companhia:

	31 de Dezembro de		
	2013	2012	2011
Endividamento do Patrimônio Líquido ⁽¹⁾	2,11	2,10	1,34
Dívida Líquida / LAJIDA ⁽²⁾	3,48	4,88	1,85

Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida ⁽³⁾)	64%	66%	53%
--	-----	-----	-----

Fonte: Companhia

(1) Endividamento do Patrimônio Líquido: total do passivo / patrimônio líquido

(2) LAJIDA: calculado em conformidade com a Instrução CVM nº 527/12.

(3) Dívida Líquida: dívida (empréstimos, financiamentos e debêntures) menos caixa e equivalentes de caixa.

Mais informações sobre as medidas não contábeis, definições e conciliações com as Demonstrações Contábeis da Companhia, veja itens 3.7 e 3.9 deste Formulário de Referência.

i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Companhia celebrou diversos contratos financeiros com diferentes instituições para o financiamento de seus projetos de expansão, ampliação de suas atividades e a rolagem de sua dívida.

Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos em que a Companhia figurava como parte em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 (valores expressos em R\$ mil):

Financiadores	2013						2012	01/01/2012
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA								
ABN AMRO Bank - N. (2)	2013	6	USD	-	-	-	25.603	46.989
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	USD	3.583	28.762	32.345	26.832	34.826
KFW	2016	4,5	EUR	2.128	4.256	6.384	7.111	8.027
Dívida em Moeda Estrangeira				5.711	33.018	38.729	59.546	89.842
MOEDA NACIONAL								
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	5.213	10.628
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	-	-	-	101.213	104.050
Banco do Brasil S.A.	2014	104,1 do CDI	R\$	101.744	-	101.744	202.541	306.220
Banco do Brasil S.A.	2013	10,83*	R\$	-	-	-	793.153	706.796
Banco do Brasil S.A.	2012	109,8 do CDI	R\$	-	-	-	-	99.114
Banco do Brasil S.A.	2014	98,5% do CDI*	R\$	384.045	-	384.045	475.889	436.637
Banco do Brasil S.A.	2015	99,5% do CDI	R\$	(2.115)	214.584	212.469	-	-
Banco do Brasil S.A.	2016	104,25 do CDI	R\$	-	634.428	634.428	-	-
Banco do Brasil S.A.	2017	108,33 % do CDI	R\$	10.428	198.183	208.611	206.186	-
Banco do Brasil S.A.	2013	104,08 do CDI	R\$	-	-	-	664.075	-
Banco do Brasil S.A.	2012	106% do CDI*	R\$	-	-	-	-	99.779
Banco Itaú – BBA	2013	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	37.795	74.729
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	25.459	51.810
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	62.893	128.256
Bradesco S.A.	2013	103,00 do CDI	R\$	-	-	-	600.813	-
ELETROBRÁS	2023	UFIR + 6,00 a 8,00	R\$	81.969	252.121	334.090	390.115	428.238
Grandes Consumidores (4)	2018	Diversas	R\$	3.819	2.888	6.707	6.867	6.366
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	12.535	25.112
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	33.690	68.300

Dívida em Moeda Nacional				579.890	1.302.204	1.882.094	3.618.437	2.546.035
Total de Empréstimos e Financiamentos				585.601	1.335.222	1.920.823	3.677.983	2.635.877
Debêntures (3)	2018	CDI + 0,69	R\$	31.988	410.284	442.272	-	-
Debêntures (3)	2021	IPCA + 4,7	R\$	53.395	1.134.893	1.188.288	-	-
Debêntures (3)	2025	IPCA + 5,1	R\$	34.509	676.871	711.380	-	-
Debêntures (3)	2017	IPCA + 7,96	R\$	1.702	559.281	560.983	530.287	502.648
Debêntures (3)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	424.172	-	424.172	401.360	372.697
Total de Debêntures				545.766	2.781.329	3.327.095	931.647	875.345
Total Geral Consolidado				1.131.367	4.116.551	5.247.918	4.609.630	3.511.222

(1) As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; *libor* semestral mais *spread* de 0,81 a 0,88% ao ano.

(2) Foram contratados "swaps" com troca de taxa. Seguem as taxas dos Empréstimos e Financiamentos considerando os swaps: CDI + 1,50% a.a.

(3) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

(4) Financiamentos sob o título de aporte de recursos reembolsáveis para execução de obras das seguintes empresas: CMM : IGPDI+ 6%; Mineradora Serra da Fortaleza: IGPDI+ 6% ; MANNESMANN : TR+9%

*O circulante compõe-se de Juros provisionados no período e Custo de captação a serem apropriados no resultado em 12 meses.

Não há contratos relevantes em moeda estrangeira. Segue breve descrição dos principais empréstimos e financiamentos em moeda nacional da Companhia, em 31 de dezembro de 2013 (para fins deste Formulário de Referência, foram considerados relevantes os contratos cujo saldo devedor, em 31 de dezembro de 2013, era superior a R\$ 50 milhões):

I – Banco do Brasil S.A.

Cédula de Crédito Comercial 20/04724-X e Nota de Crédito Comercial 20/04723-1

Em abril de 2011, a Companhia realizou com o Banco do Brasil uma operação de crédito na modalidade de crédito agroindustrial, amparada pelo Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil – Capítulo 6 (Recursos) – Seção 4 (Poupança Rural), no valor de R\$410 milhões, a uma taxa equivalente a 98,5% do CDI, com vencimento em abril de 2014. Foi emitida uma Cédula de Crédito Comercial no valor de R\$210,0 milhões e uma Nota de Crédito Comercial no valor de R\$200,0 milhões, com garantia por duplicata e aval da CEMIG, respectivamente. O saldo devedor total dessas Cédulas em 31 de dezembro de 2013 era de R\$384,0 milhões.

Cédula de Crédito Bancário 306.401.055

Em maio de 2012, a Companhia emitiu, em favor do Banco do Brasil S.A., uma Cédula de Crédito Bancário, no valor de R\$200 milhões, a uma taxa 108,33% do CDI, com vencimento em 28 de maio de 2017, cujos recursos foram destinados ao financiamento de investimentos, já realizados ou a serem realizados pela Companhia, pagamento de dívida(s) contraída(s) pela Companhia e reforço do capital de giro. Essa Cédula contou com o aval da

CEMIG e possui as cláusulas usuais de vencimento antecipado. O saldo desta Cédula em 31 de dezembro de 2013 era de R\$208,6 milhões.

Cédula de Crédito Bancário 21/00805-1

Em fevereiro de 2013, a Companhia realizou com o Banco do Brasil uma operação de crédito na modalidade de crédito agroindustrial, amparada pelo Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil – Capítulo 6 (Recursos) – Seção 4 (Poupança Rural), no valor de R\$200 milhões, a uma taxa pré-fixada de 99,50% do CDI, com vencimento em janeiro de 2015. Foram emitidas Cédulas de Crédito Bancário, com garantia por duplicata. O saldo devedor total dessas Cédulas em 31 de dezembro de 2013 era de R\$212,5 milhões.

II - Eletrobrás

O Programa Luz para Todos, um programa do Governo Federal que visa à Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica no Campo, é um dos Projetos Estruturadores do Governo de Minas Gerais e está em implantação pela Companhia. O programa foi instituído com o objetivo de levar energia elétrica para mais de 12 milhões de pessoas na área rural do Brasil. No âmbito desse Programa foram celebrados com a Eletrobrás os seguintes contratos de financiamento e concessão de subvenção, cuja garantia ofertada foi a vinculação da receita da Companhia:

Contrato ECFS-005/2005

Contrato celebrado em abril de 2006, no valor total de R\$ 375,9 milhões, sendo R\$172,7 milhões provenientes da Reserva Global de Reversão – RGR (valor financiado) e R\$203,2 milhões provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (valor subvencionado). Foram celebrados três aditivos a esse contrato: o primeiro, em julho de 2007, alterando o valor do contrato para R\$466,6 milhões, sendo 214,4 milhões com recursos provenientes da RGR e 252,2 milhões provenientes da CDE; o segundo, dezembro de 2008, alterando as cláusulas de disponibilização e de encerramento do crédito; o terceiro, em outubro de 2010, alterando o cronograma físico-financeiro, bem como a data de encerramento do crédito para 31/12/2010. Sob esse contrato, foram liberadas em 4 parcelas, perfazendo o valor total de R\$419,9 milhões, sendo R\$192,9 milhões com recursos da RGR e R\$227,0 milhões com recursos da CDE. Sobre o valor subvencionado (CDE) incide uma taxa de administração de 1% ao ano e sobre o valor financiado (RGR) incidem encargos sobre o saldo devedor corrigido de 5% ao ano, acrescidos 1% ao ano a título de taxa de administração. A amortização se dará em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas a partir do término da carência (junho/2008), com vencimento final em junho de 2018. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2013 era de R\$53,4 milhões.

Contrato ECFS-227/2008

Contrato celebrado em agosto de 2008, no valor total de R\$321,5 milhões, sendo R\$147,7 provenientes da Reserva Global de Reversão – RGR (valor financiado) e R\$173,8 provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (valor subvencionado). Em agosto de 2010, foi celebrado um aditivo a esse contrato que, dentre outras modificações, alterou o valor proveniente da RGR para R\$188,3 milhões. Sob esse contrato, foram liberadas duas parcelas totalizando 94,2 com recursos do RGR (valor financiado) e R\$110,8 milhões com recursos do CDE. Sobre o valor subvencionado (CDE) incide uma taxa de administração de 1% ao ano e sobre o valor financiado (RGR) incidem encargos sobre o saldo devedor corrigido de 5% ao ano, acrescidos 1% ao ano a título de taxa de administração. A amortização se dará em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas a partir do término da carência (outubro/2010), com vencimento final em novembro de 2020. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2013 era de R\$55,1 milhões.

Contrato ECFS-294/2010

Contrato celebrado em agosto de 2010, no valor total de R\$165.951.550,00, sendo R\$76.248.010,00 com recursos da RGR (valor financiado) e R\$89.703.540,00, com recursos da CDE (valor subvencionado). Em junho de 2011, foi celebrado um aditivo alterando o cronograma físico-financeiro, a data do encerramento do crédito e a forma da comprovação do crédito. Sob este contrato já foram liberadas 3 parcelas, totalizando R\$53,4 milhões com recursos da RGR e R\$62,8 milhões da CDE. Sobre o valor da CDE incide uma taxa de administração de 1% ao ano e sobre o valor financiado da RGR incidem encargos sobre o saldo devedor corrigido de 5% ao ano, acrescidos 1% ao ano a título de taxa de administração. A amortização se dará em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas a partir do término da carência (que ocorrerá em setembro de 2013), com vencimento final em setembro de 2023. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2013 era de R\$53,2 milhões.

III – Debentures

Em março de 2013, a Companhia concluiu a 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples por meio da qual foram emitidas 2.160.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais) na data de emissão, qual seja, 15 de fevereiro de 2013, totalizando R\$2.160 milhões. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados ao resgate integral das notas promissórias comerciais da 5ª e da 6ª emissão da Companhia emitidas em 13 de janeiro de 2012, pelo seu valor nominal, acrescido de juros remuneratórios, e aos investimentos na infraestrutura de distribuição. Foram emitidas 410.817 debêntures da primeira série a 100% do CDI + 0,69% a.a., 1.095.508 debêntures da segunda série a IPCA + 4,70% e 653.675 debêntures da terceira série a IPCA + 5,10%, com prazo de vencimento de 5 anos, 8 anos e 12 anos a contar da data de emissão, respectivamente. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2013 era de R\$2.341,9 milhões.

ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii) grau de subordinação da dívida

Cerca de 62% da dívida da Companhia contam com garantia corporativa da CEMIG e cerca de 27% da dívida são garantidos por recebíveis da Companhia.

iv) restrições impostas à Companhia

Em 31 de dezembro de 2013, já haviam se encerrado todos os contratos financeiros celebrados com o Banco Santander e o Banco Itaú BBA que estavam sujeitos a covenants financeiros (cláusulas financeiras restritivas), as quais obrigavam a CEMIG a manter certos índices dentro de limites estabelecidos contratualmente, sob pena do credor exigir o vencimento antecipado da dívida.

Há nos contratos financeiros da Companhia cláusulas padrão restringindo o pagamento de dividendos, caso a empresa esteja inadimplente, restringindo a alienação de ativos que comprometam o desenvolvimento de suas atividades e restringindo a alienação do controle acionário da Companhia.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os financiamentos contratados pela Companhia junto à Eletrobrás têm como limites de utilização a capacidade de comprovação da aplicação dos recursos nos prazos contratados. Os Diretores entendem que a Companhia não terá dificuldades em comprovar a aplicação dos recursos contratados e informam que os contratos de financiamento da Eletrobrás em fase de desembolso apresentavam ao final de 2013 um percentual de 85% de recursos desembolsados.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2013 em comparação a 2012 são como segue:

- ✓ Aumento de 260,59% no saldo de caixa e disponibilidade de caixa em função do aumento do lucro em 2013, com maior entrada de caixa no período;
- ✓ Saldo de reembolso de subsídios tarifários no valor de R\$136 milhões em 2013 referente valores a serem repassados pela Eletrobrás em função de consumidores de baixa renda e outros tipos de subsídios; e
- ✓ Redução de 70,90% nos saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures no circulante em função principalmente de transferências para o longo prazo de saldos transferidos para o curto prazo no ano anterior em função de quebras de cláusulas restritivas dos contratos. Essa transferência ocorreu em função da obtenção dos consentimentos dos credores em 2013.

As principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2012 em comparação a 2011 são como segue:

- ✓ Redução de 63,92% no saldo de caixa e disponibilidade de caixa em função do maior dispêndio de recursos com pagamento de compra de energia;
- ✓ Aumento de 52,57% no saldo de ativo financeiro não circulante em função dos investimentos realizados pela Companhia em 2012 em ativos da concessão; e

Aumento de 520,61% nos saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures no circulante em função principalmente de transferências de longo prazo decorrentes de quebras de cláusulas restritivas dos contratos. Tendo em vista que a expectativa de obtenção dos consentimentos dos credores ocorrerá somente em 2013, a Companhia transferiu os valores para o curto prazo e após a obtenção dos consentimentos, retornará com os saldos para o longo prazo, no exercício de 2013.

10.2 Resultado operacional e financeiro

a. Os diretores devem comentar: (a) resultados das operações do emissor, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais; (b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volume e introdução de novos produtos; e (c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A Cemig Distribuição apresentou, no exercício de 2013, um lucro líquido de R\$490 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$191 milhões no exercício de 2012, representando um aumento 156,54%. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Receita Operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2013	2012
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos	9.816	10.792
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres	1.047	1.872
Transações com Energia na CCEE	180	116
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	884	1.228
Outras Receitas Operacionais	814	281
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas	(3.535)	(4.785)
	<u>9.206</u>	<u>9.504</u>

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos

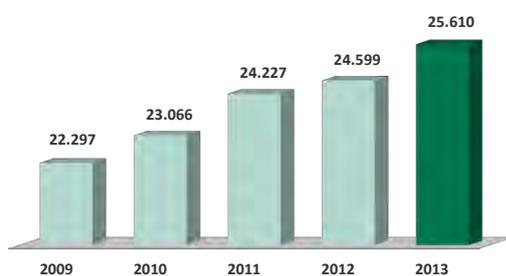
Os principais impactos na receita de 2013 decorreram dos seguintes fatores:

- ✓ aumento de 4,11% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores finais;
- ✓ redução tarifária média percebida pelos consumidores cativos da Cemig Distribuição de 18,14%, conforme Revisão Tarifária Extraordinária estabelecida pela Medida Provisória 579/12. As tarifas foram aplicadas de 24 de janeiro de 2013 a 07 de abril de 2013, quando ocorreu o resultado do processo de Revisão Tarifária Ordinária da Cemig D;
- ✓ reajuste tarifário anual com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,85%, a partir de 8 de abril de 2012 (efeito integral em 2013);
- ✓ revisão tarifária com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 2,99%, a partir de 8 de abril de 2013.
- ✓ Reconhecimento de R\$673 milhões de receita em 2013 decorrente de subvenção recebida da Eletrobrás, em função, principalmente, do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda e subsídios nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD). (vide Nota Explicativa nº 22d).

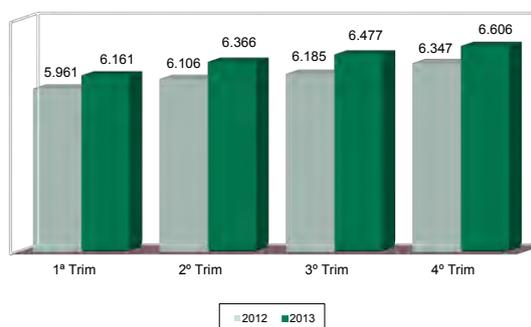
As variações anuais no fornecimento de energia elétrica podem ser observadas no gráfico a seguir:

GWh faturados - consumidores finais

Faturamento Anual



Faturamento Trimestral



Composição do fornecimento por classe de consumo	MWh	
	2013	2012
Residencial	9.473.426	8.870.990
Industrial	4.044.861	4.174.465
Comércio, Serviços e Outros	5.693.262	5.438.451
Rural	3.028.459	2.857.117
Poder Público	860.709	830.705
Iluminação Pública	1.267.202	1.241.927
Serviço Público	1.241.898	1.185.781
Subtotal	25.609.817	24.599.436
Consumo Próprio	35.162	34.126
Total	25.644.979	24.633.562

O desempenho das principais classes de consumo está descrito a seguir:

Residencial

O consumo residencial representa 36,99% da energia vendida em 2013 e o crescimento de 6,79% no ano está associado à ligação de novas unidades consumidoras, condições climáticas com temperaturas acima da média histórica em alguns meses do ano e ao incremento de consumo de bens e serviços pelas famílias viabilizada pelas políticas governamentais de emprego e renda, estímulo à aquisição de bens associados à oferta de linhas de financiamento.

O consumo médio mensal por unidade residencial em 2013 foi de 126,33 kWh, com elevação de 3,09% em relação ao ano anterior.

Industrial

A energia utilizada pelos clientes cativos, correspondente a 15,79% do volume vendido em 2013, teve uma redução de 3,10% em relação a 2012 em função basicamente da redução do nível de atividade da economia no ano de 2013. A produção física industrial no Estado apresentou recuo de 1,3% em 2013, ocasionado principalmente pelas reduções nos setores de veículos (7,6%), extrativa mineral (6,2%), metalurgia básica (3,1%) e produtos de metal (7,7%).

Comercial e de Serviços

Esta classe representou 22,23% da energia vendida e cresceu 4,69% no ano de 2013, comportamento associado à ligação de novos consumidores, condições climáticas com temperaturas acima da média histórica em alguns meses do ano e aumento de 2,1% no consumo médio mensal por consumidor cativo (676,8 kWh/mês) em 2013 em relação a 2012 (662,8 kWh/mês) e dinâmica do setor terciário, envolvendo a prestação de serviços às famílias bem como aos vários setores econômicos.

Os ramos mais representativos desta classe apresentaram as seguintes taxas de crescimento em 2013: Comércio Varejista 6,5%, Serviços de Alojamento e Alimentação 7,1%, Serviços de Comunicação 4,7% e Serviços de Saúde 4,2%.

Rural

Esta classe representou 11,83% da energia vendida e cresceu 6,00% em 2013, com a ligação de propriedades rurais e o aumento da demanda de energia para irrigação em função de condições climáticas atípicas ao longo do ano, com menor índice de chuvas em relação às médias históricas.

O consumo médio mensal por consumidor foi de 378,4 kWh/mês em 2013 comparados a

361,1 kWh/mês em 2012, um aumento de 4,79%.

Demais Classes

A energia das demais classes – Poder Público, Iluminação Pública e Serviço Público, que representa, em conjunto, 13,14% da energia distribuída, totalizou 3.369.809 MWh com crescimento de 3,42% no ano de 2013, em relação a 2012.

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$3.535 milhões em 2013 comparados a R\$4.785 milhões em 2012, representando uma redução de 26,12%. Este resultado decorre, principalmente, da aplicação da Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013, com redução e extinção de encargos setoriais.

Conta de Consumo de Combustível (CCC)

Refere-se aos Custos de operação das Usinas Térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados, proporcionalmente ao mercado atendido, entre os concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL.

A partir de fevereiro de 2013, a Companhia ficou isenta do recolhimento da Conta de Consumo de Combustível (CCC). Os encargos referentes à CCC foram de R\$26 milhões, no exercício de 2013, comparados a R\$409 milhões no exercício de 2012, representando uma redução de 93,64%.

Este era um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados era compensada no reajuste tarifário subsequente.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Os encargos referentes à CDE foram de R\$122 milhões, no exercício de 2013, comparados a R\$451 milhões no exercício de 2012, representando uma redução de 72,95%. A Lei 12.783 reduziu em 75,00% os encargos referentes à CDE.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Reserva Global de Reversão (RGR)

A Reserva Global de Reversão era uma cota anual embutida nos custos das concessionárias para geração de recursos para expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, e os pagamentos eram definidos por meio de Resolução da ANEEL.

A partir de fevereiro de 2013, a Companhia ficou isenta do recolhimento da RGR. Os encargos referentes à RGR foram de R\$88 milhões, no exercício de 2012.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais (incluindo o Custo de Construção e excluindo Resultado Financeiro) foram de R\$8.335 milhões em 2013 comparados a R\$9.007 milhões em 2012, representando uma redução de 7,46%.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais podem ser vistas na Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Contábeis.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$4.089 milhões em 2013 comparados a 4.180 milhões em 2012, uma redução de 2,18%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- ✓ redução de 5,90% nas despesas com energia adquirida em leilão, que foram de R\$2.297 milhões no exercício de 2013, comparados a R\$2.441 milhões no mesmo período de 2012, decorrente dos contratos por disponibilidade, em virtude dos gastos com combustível para geração de energia elétrica pelas usinas termelétricas;
- ✓ aumento de 14,80% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$1.016 milhões no exercício de 2013, comparados a R\$885 milhões no exercício de 2012, em decorrência, dentre outros fatores, da desvalorização do Real frente ao Dólar em 2013, comparada a uma valorização em 2012. O Dólar médio relativo às faturas no exercício de 2013 foi de R\$2,0313, em comparação a R\$1,5897 do exercício de 2012, o que representou uma variação de 27,78%;
- ✓ aumento de 12,28% no suprimento de energia proveniente de fontes alternativas (PROINFA), que foi de R\$256 milhões no exercício de 2013, comparados a R\$228 em 2012, conforme cotas anuais definidas pela ANEEL.
- ✓ O Governo Federal, através do Decreto nº 7.945, de 7 de março de 2013, definiu o repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para cobrir, principalmente, os custos decorrentes do despacho das usinas termelétricas. Em 2013, a Companhia reconheceu uma compensação dos custos com energia elétrica comprada de curto prazo no montante de R\$1.008 milhões, conforme abaixo:
- ✓ R\$489 milhões decorrentes da redução do impacto do reajuste tarifário, limitado em 3,00% pelo Governo Federal, com o recebimento à vista de parcela dos gastos com compra de energia que foram superiores à receita no período de abril de 2012 à abril de 2013;
- ✓ R\$519 milhões em virtude do alívio das exposições financeiras da Companhia no mercado de curto prazo, que cobriu o déficit tarifário relativo ao risco hidrológico decorrente das cotas, à exposição involuntária decorrente da não adesão à prorrogação das concessões e ao Encargo de Serviço de Sistema (ESS-Segurança Energética).

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$410 milhões em 2013 comparados a R\$794 milhões em 2012, representando uma redução de 48,36%. Este resultado decorre da aplicação da Lei 12.783/13, que reduziu os encargos setoriais e também renovou concessões antigas de transmissão do setor elétrico, com a redução na remuneração das concessionárias, o

que refletiu na diminuição dos encargos de transmissão.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Contábeis.

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$894 milhões em 2013 comparados a R\$831 milhões em 2012, representando um aumento de 7,58%. Este resultado decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- ✓ Adesões de empregados ao novo programa de desligamento da companhia, o Programa Incentivo ao Desligamento (PID), com uma provisão de R\$56 milhões em 2013 em comparação a R\$25 milhões em 2012.
- ✓ Reajuste salarial de 6%, concedido aos empregados em 2012, decorrente do Acordo Coletivo 2012/2013 e de 6,85%, a partir de novembro de 2013, decorrente do Acordo Coletivo 2013/2014.
- ✓ Menor transferência de custo de pessoal para obras, R\$40 milhões em 2013 em comparação a R\$80 milhões em 2012

Mais informações na Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações contábeis.

Serviços de Terceiros

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$721 milhões em dezembro de 2013, comparados a R\$695 milhões no mesmo período de 2012, representando um aumento de 3,74%, decorrente, principalmente, dos gastos reembolsáveis relativos à revisão do Manual de Controle Patrimonial (MCPSE), no montante de R\$25 milhões que serão reembolsados através da tarifa vigente no período de 08 de abril de 2013 a 07 de abril de 2014. Também contribuíram para a variação nesta despesa os aumentos de alguns gastos com destaque para a manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos que passou de R\$148 milhões em 2012 para R\$159 milhões em 2013 e conservação e limpeza de prédios que passou de R\$50 milhões em 2012 para R\$64 milhões em 2013.

O aumento na despesas com Serviços de Terceiros foi, parcialmente, compensado por uma redução no volume de diversos serviços, dentre os quais destacam-se os serviços de comunicação e corte e religação que reduziram-se em R\$18 milhões e R\$16 milhões, respectivamente.

O detalhamento dos serviços de terceiros está demonstrado na Nota Explicativa nº 23 às Demonstrações Contábeis.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram de R\$275 milhões em 2013 comparados a R\$268 milhões em 2012, um aumento de 2,61%. Esta variação decorre, principalmente, dos seguintes itens:

- ✓ Redução de R\$107 milhões na Provisão para devedores duvidosos em função de provisão no ano anterior de R\$159 milhões referente à perda relativa ao ICMS sobre encargos de uso do sistema de distribuição – TUSD.

- ✓ Aumento de R\$129 milhões nas provisões trabalhistas em 2013 decorrente principalmente da reavaliação de expectativa de perda de ações desta natureza no período, baseada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

Vide a composição das provisões operacionais na Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Contábeis.

Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição

Os Custos de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$884 milhões no exercício de 2013, comparados a R\$1.228 milhões do mesmo período de 2012, uma redução de 28,01%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Outras Despesas Operacionais Líquidas

As Outras Despesas Líquidas somaram R\$328 milhões em 2013, comparadas a R\$307 milhões em 2012, o que representou um aumento de 6,84%. Vide a composição das Outras Despesas na Nota Explicativa nº 23.f.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido em 2013 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$194 milhões comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$285 milhões em 2012.

Os principais efeitos no resultado financeiro em 2013 decorrem dos seguintes fatos:

- ✓ A Cemig discutiu judicialmente a ilegalidade do § 1º do artigo 3º da Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998, relativa à ampliação da base de cálculo da Contribuição ao PASEP e COFINS sobre a Receita Financeira e Outras Receitas não Operacionais, referente o período de 1999 a janeiro de 2004, e obteve êxito por meio de decisão transitada em julgado. Em decorrência, foi autorizada a transferência do crédito para suas subsidiárias, sendo que, para a CEMIG D, foi em um percentual de 51,93% do total pleiteado, possibilitando a compensação com outros tributos da União. O ganho total para a Cemig D foi de R\$163 milhões, reconhecidos no resultado financeiro.
- ✓ aumento de 73,81% na renda de aplicação financeira, que foi de R\$73 milhões no exercício de 2013, comparados a R\$42 milhões em 2012, decorrente do maior volume de recursos disponíveis para aplicação em 2013;
- ✓ aumento de 114,55% nas variações monetárias com Empréstimos e Financiamentos. No exercício de 2013 esta despesa foi de R\$118 milhões comparados a R\$55 milhões em 2012. Este resultado decorre do maior volume de captações em 2013 indexado a índices de inflação no período.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 24 das Demonstrações Contábeis.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou em 2013 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$187 milhões em relação ao lucro de R\$678 milhões antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 27,65%. Em 2012, a Companhia apurou despesas com Imposto

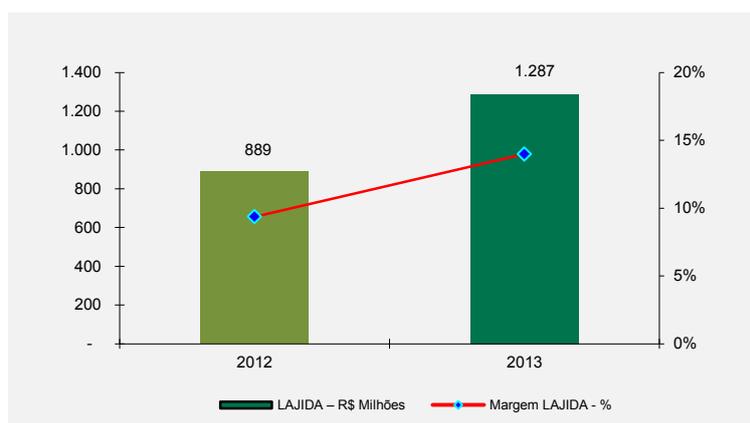
de Renda e Contribuição Social no montante de R\$20 milhões em relação ao lucro de R\$212 milhões, antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 9,65%. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 9 das Demonstrações Contábeis.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

Considerando as receitas e despesas apresentadas acima, o LAJIDA da Cemig Distribuição em 2013 apresentou um aumento de 41,51% na comparação com 2012.

LAJIDA - R\$ mil	2013	2012	Var %
Resultado do Exercício	490	191	156,54
+ Despesa de IR e Contribuição Social	187	20	835,00
+ Resultado Financeiro	194	285	(31,93)
+ Amortização	416	393	5,85
= LAJIDA	<u>1.287</u>	<u>889</u>	<u>44,77</u>

LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Contábeis observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.



O aumento do LAJIDA em 2013, em comparação ao mesmo período de 2012, deve-se, principalmente, ao aumento do lucro líquido, principalmente em decorrência da redução de 8,08% nos custos e despesas operacionais, excluídos os efeitos da despesa com amortização, que passaram de R\$8.614 milhões em 2012 para R\$7.918 milhões em 2013. Consequentemente, a margem do LAJIDA aumentou de 9,66% em 2012 para 13,54% em 2013.

Ativos e Passivos Regulatórios

A Companhia possui ativos e passivos para fins regulatórios, não registrados em suas Demonstrações Contábeis, conforme segue:

BALANÇO PATRIMONIAL	Valores já incluídos nos reajustes tarifários	Valores a serem repassados no próximo reajuste tarifário	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Ativo	105.359	1.202.611	1.307.970	863.757	381.490
Passivo	(52.304)	(911.565)	(963.869)	(297.013)	(698.402)
	<u>53.055</u>	<u>291.046</u>	<u>344.101</u>	<u>566.744</u>	<u>(316.912)</u>

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Ativos			
Despesas Antecipadas – CVA (1)	1.257.729	785.582	302.771
Revisão Tarifa de Uso da Rede de Distribuição – TUSD (2)	-	3.089	3.089
Subvenção Baixa Renda	-	-	-
Descontos TUSD Fonte Incentivada	-	59.390	24.746
Descontos TUSD Autoprodutor e Produtor Independente	-	7.254	29.341
Redução Tarifa uso Sistema Transmissão e Distribuição	26.096	-	-
Descontos concedidos a Irrigantes	4.913	8.338	20.321
Outros Ativos Regulatórios	19.232	104	1.222
	1.307.970	863.757	381.490
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(128.556)	(218.911)	132.107
	1.179.414	644.846	513.597
Passivos			
Parcela "A"	-	-	(9.646)
Passivos Regulatórios – CVA (1)	(950.346)	(293.542)	(537.620)
Subvenção Baixa Renda	-	(1.493)	(147.695)
Outros Passivos Regulatórios	(13.523)	(1.978)	(3.441)
	(963.869)	(297.013)	(698.402)
	215.545	344.833	(184.805)

- (1) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA);
(2) Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD).

As principais características dos ativos e passivos regulatórios são:

Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e Neutralidade dos Encargos Setoriais

O saldo da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e da Neutralidade dos Encargos Setoriais referem-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos, efetivamente, ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Descontos TUSD e Irrigação

Consiste na compensação da perda de receita da concessionária em função da concessão de descontos aos consumidores livres de fontes incentivadas, aos autoprodutores e produtores independentes e aos descontos especiais na tarifa de fornecimento das atividades de irrigação e aqüicultura.

Subvenção Baixa Renda

Subsídios concedidos aos consumidores com direito à Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) a serem ressarcidos, à Companhia, pelos demais consumidores.

Outros Componentes Financeiros

Referem-se às demais variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis, não definidos como CVA, e os pagamentos, efetivamente ocorridos, compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Os efeitos líquidos dos ativos e passivos regulatórios nos resultados da Companhia, caso estivessem reconhecidos, seriam:

	31/12/2013	31/12/2012
Resultado do Exercício	440.254	191.365
Despesas Antecipadas e Passivos regulatórios - CVA (1)	(184.656)	726.889
Demais Componentes Regulatórios (2)	(37.986)	156.767
Efeitos Tributários sobre Ativos e Passivos Regulatórios	90.355	(351.018)
Resultado do Exercício considerando ativos e passivos regulatórios	<u>307.967</u>	<u>724.003</u>

(1) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA);

(2) Referem-se, principalmente, à Subvenção Baixa Renda e descontos concedidos diversos.

10.3. O diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional nos exercícios sociais de 2013, 2012 e 2011.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária nos exercícios sociais de 2013, 2012 e 2011.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve, nos três últimos exercícios sociais, quaisquer eventos ou operações não usuais à Companhia.

10.4. Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis:

Em decorrência de alteração nos pronunciamentos contábeis em vigor, a Companhia adotou novas práticas contábeis a partir de 1º de janeiro de 2013 e as aplicou, para apresentação destas demonstrações financeiras, de maneira retrospectiva. Estão destacadas a seguir as principais alterações com efeito nestas Demonstrações Contábeis:

CPC 33 (R1) e IAS 19 revisada – Benefícios a empregados

As modificações alteraram a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão. A modificação mais significativa refere-se à contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano no próprio ano, com a eliminação da "abordagem de corredor" permitida na versão anterior da IAS 19 e o reconhecimento antecipado dos custos de serviços passados. As modificações exigem que todos os ganhos e prejuízos atuariais sejam reconhecidos imediatamente por meio de outro resultado abrangente e no Patrimônio Líquido de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão seja reconhecido na demonstração consolidada da posição financeira para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A seguir, apresentamos um resumo dos principais efeitos nas Demonstrações Contábeis em função do mencionado no item anterior:

BALANÇO PATRIMONIAL	01/01/2012		
	Saldo Publicado	Obrigações Pós-Emprego	Saldo Reapresentado
Total do Ativo Circulante	2.933.139	-	2.933.139
Ativo Não Circulante			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	479.261	19.831	499.092
Total do Ativo Não Circulante	7.524.814	19.831	7.544.645
Passivo Circulante	2.604.761	-	2.604.761
Passivo Não Circulante			
Benefícios Pós-Emprego	1.339.105	58.326	1.397.431
Total do Passivo Não Circulante	5.196.729	58.326	5.255.055
Patrimônio Líquido			
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	(38.495)	(38.495)
Total do Patrimônio Líquido	2.656.463	(38.495)	2.617.968

BALANÇO PATRIMONIAL	31/12/2012		
	Saldo Publicado	Obrigações Pós-Emprego	Saldo Reapresentado
Total do Ativo Circulante	2.803.308	-	2.803.308
Ativo Não Circulante			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	771.758	138.766	910.524
Total do Ativo Não Circulante	8.837.566	138.766	8.976.332
Passivo Circulante	6.249.548	-	6.249.548
Passivo Não Circulante			
Benefícios Pós-Emprego	1.375.823	408.136	1.783.959

Total do Passivo Não Circulante	2.928.177	408.136	3.336.313
Patrimônio Líquido			
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	(269.370)	(269.370)
Total do Patrimônio Líquido	2.463.149	(269.370)	2.193.779

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE	31/12/2012			
	Nota	Publicado	Ganhos/Perdas Atuariais	Reclassificado
RESULTADO DO PERÍODO		191.365	-	191.365
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE				
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquidas de impostos	c	-	(230.875)	(230.875)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		191.365	(230.875)	(39.510)

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

Nenhuma ressalva constou do parecer dos auditores independentes em 2013, somente as ênfases descritas abaixo.

Conforme descrito na nota explicativa 2.5 às demonstrações financeiras, em decorrência de mudança de política contábil, os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2012 e as informações contábeis correspondentes, relativas às demonstrações do resultado; do resultado abrangente; das mutações do patrimônio líquido; dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Sem ressaltar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, chamamos atenção para o assunto descrito na nota explicativa 12 às demonstrações financeiras, referente ao registro feito pela Companhia, na forma de redução do custo de energia comprada para revenda, de repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

Nenhuma ressalva constou do parecer dos auditores independentes em 2012, somente a ênfase descrita abaixo.

Em 27 de março de 2012, emitimos relatório de auditoria com ressalva por limitação de escopo relacionada à necessidade de avaliação, por parte da administração, quanto a possíveis efeitos nas demonstrações financeiras decorrentes de informação preliminar da ANEEL sobre a Base de Remuneração Regulatória (BRR) da Companhia. Conforme descrito na nota explicativa nº. 12, em 05 de abril de 2012, a ANEEL homologou a BRR da Companhia com valores revisados, permitindo assim à administração a avaliação e conclusão de que não há necessidade de ajustes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012. Consequentemente, a ressalva incluída em nossa opinião relacionada com o referido assunto, emitida anteriormente não é mais necessária e, portanto, nossa nova opinião constante deste relatório não contém qualquer modificação.

Nenhuma ressalva ou ênfase constou do parecer dos auditores independentes em 2011.

Deve ser mencionado que as ênfases mencionadas acima somente tem o objetivo de destacar assuntos relevantes já constantes das demonstrações financeiras da Companhia, não representando nenhuma divergência dos auditores em relação às práticas contábeis da Companhia.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Diretoria Executiva, incluindo o Diretor Presidente e o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, é responsável por estabelecer e manter um sistema de controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis.

Os controles internos para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis incluem procedimentos que foram implementados para prover, com razoável certeza: (i) a confiabilidade dos registros das informações contábeis e financeiras; (ii) a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; (iii) o processamento de pagamentos e recebimentos de acordo com autorizações da administração; e (iv) a detecção tempestiva de aquisições inapropriadas e da alienação ou destinação de ativos materiais. Ressaltamos que, devido às limitações inerentes aos controles internos, existe a possibilidade de que tais controles não previnam ou detectem todas as deficiências. Adicionalmente, projeções relativas à avaliação de efetividade dos controles internos estão sujeitas ao risco de que os controles deixem de funcionar devido a mudanças nas condições em que operam ou deixem de estar em conformidade com políticas e procedimentos estabelecidos.

A administração avaliou a efetividade dos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis em 31 de dezembro de 2013, com base nos critérios estabelecidos no documento *Internal Control Integrated Framework*, emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO*, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2013, o sistema de controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis era efetivo.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não foram reportadas deficiências de controles internos que possam comprometer de forma material a confiabilidade das demonstrações financeiras.

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que incluem a amortização de empréstimos e financiamentos, compra de energia elétrica de Itaipu e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2014	2015	2016	2017	2018	2019 em diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	1.125.824	536.331	944.499	293.493	446.719	1.901.053	5.247.919
Compra de Energia Elétrica de Itaipu	818.619	841.168	797.827	838.657	821.903	27.889.030	32.007.204
Transporte de Energia Elétrica de Itaipu	22.081	29.038	30.614	32.220	33.865	1.713.990	1.861.807
Compra de Energia - Leilão	2.555.368	2.440.054	2.367.967	2.529.408	2.715.267	63.093.634	75.701.699
Compra de Energia Elétrica – Contratos bilaterais	308.984	312.144	272.018	278.284	291.033	1.740.076	3.202.539
Cotas das Usinas Angra 1 e Angra 2	140.027	147.941	168.691	179.190	188.312	8.873.122	9.697.283
Cotas MP 579	289.423	230.096	255.447	274.175	277.768	13.107.610	14.434.519
Dívida com Plano de Pensão - Forluz	41.613	44.109	46.756	49.561	52.535	350.633	585.207
Total	<u>5.301.939</u>	<u>4.580.881</u>	<u>4.883.819</u>	<u>4.474.988</u>	<u>4.827.402</u>	<u>118.669.148</u>	<u>142.738.177</u>

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia entende que não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

10.9. Em relação a cada um dos eventos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor; b) natureza e o propósito da operação; c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Os itens mencionados na tabela constante do item 10.8, cuja natureza e montante ainda não registrados nas Demonstrações Financeiras, que terão impacto no Balanço Patrimonial e também no resultado, decorrem basicamente dos contratos futuros de compra de energia.

No caso das despesas futuras com compra de energia, a Companhia registrará, simultaneamente, uma receita operacional em função da venda dessa energia, quando será apurada uma margem de lucro em função dessas operações.

10.10 – Plano de negócios

10.10. Comentário dos diretores sobre principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a) investimentos, incluindo: i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; ii) fontes de financiamento dos investimentos; iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

As mudanças na regulamentação do setor, sobretudo as trazidas pela Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013 aos negócios de geração e transmissão, além do processo de revisão tarifária da Companhia, realizado em abril deste de 2013, têm exigido uma análise orçamentária mais apurada pela empresa, que até a data do arquivamento deste formulário, não tinha aprovado seu plano de investimentos para 2014.

i. Além dos investimentos realizados pela CEMIG D, necessários para atender as exigências da ANEEL, melhorar a eficiência de sistema elétrico, atender a novos consumidores e mitigar passivos ambientais, a Companhia tem dispendido recursos na aquisição de ativos já constituídos.

Nos próximos 3 anos, a CEMIG D, deverá investir cerca de R\$ 2.295,00 milhões, conforme demonstrado a seguir:

Valores em R\$ milhões

Atividade	2014	2015	2016	Total
Programa Básico (1)	932,0	701,0	662,0	2.295,0
Distribuição	932,0	701,0	662,0	2.295,0
Total Geral (1)	932,0	701,0	662,0	2.295,0

(1) Valores estimados em moeda de junho/2013, contemplando os investimentos básicos para manter as rotinas da empresa, Cemig D. Tais investimentos incluem itens como: reformas físicas em ativos existentes; expansão do atendimento a clientes; reforços e operação de sistemas elétricos; segurança de pessoas e instalações; meio ambiente; infraestrutura de apoio abrangendo instalações prediais, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, segurança patrimonial e industrial, telecomunicações, sistemas de informática, microinformática e veículos.

(2) A informação constante na tabela acima reflete as atuais expectativas da CEMIG. A Empresa não tem como assegurar que seu plano de investimentos será implementado conforme acima descrito, podendo sofrer mudanças ao longo de sua implementação.

(3) A informação constante na tabela acima não inclui os desembolsos com pesquisa e desenvolvimento e com eficiência energética (tratados pelas áreas responsáveis) exigidos das empresas do setor elétrico, cujos recursos, cobrados na tarifa, são administrados em programas administrados à parte pelas empresas.

(4) Os montantes planejados para os anos de 2014, 2015 e 2016 não incluem investimentos em aquisições e outros projetos não remunerados pela autoridade concedente, que não são reconhecidos nos cálculos de tarifas feitos pela ANEEL (Agente regulador).

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Empresa espera realizar os investimentos acima descritos por meio de recursos próprios, emissão de títulos e valores mobiliários e empréstimos bancários para refinanciamento de dívidas. A CEMIG D espera obter ainda financiamento do BNDES para obras de infraestrutura relacionadas com a Copa do Mundo de Futebol no valor de R\$ 140 milhões.

iii. Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciam de maneira relevantes o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todos os fatores que impactaram de forma relevante o desempenho operacional da Companhia nos exercícios sociais de 2013, 2012 e 2011 foram comentados e identificados nos itens anteriores desta seção.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Distribuição S.A., abaixo assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram a Proposta do Conselho de Administração à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se até 30-04-2013, referente à destinação do lucro líquido do exercício de 2013, no montante de R\$490.254 mil, conforme a seguir: a) R\$24.513 mil, relativos a 5% do lucro líquido, sejam alocados à conta de Reserva Legal, em conformidade com a alínea "a" do parágrafo único do artigo 21 do Estatuto Social; b) R\$123.157 mil sejam destinados ao pagamento de dividendos através de Juros sobre o Capital Próprio - JCP, conforme CRCA-056/2013, de 11-10-2013, e CRD-410/2013, de 06-12-2013, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 05-12-2013; c) R\$140.443 mil forma de dividendos de 2013, fazendo jus todos os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas na data da realização da AGO; d) R\$202.141 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros para garantir os investimentos da Companhia previstos para o exercício de 2014. Os pagamentos dos dividendos de 2013 serão realizados em duas parcelas, 50% até 30-06-2014 e 50% até 30-12-2014, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria Executiva. Após analisarem atentamente a aludida proposta e considerando, ainda, que foram observadas as normas legais pertinentes à matéria, os membros do Conselho Fiscal opinam favoravelmente à sua aprovação por aquela Assembleia.

Belo Horizonte, 13 de março de 2014.

aa.) Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond
Luiz Guaritá Neto
Thales de Souza Ramos Filho
Lauro Sander
Bruno Gonçalves Siqueira

Anexo 6

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. – CEMIG D EM 13 DE MARÇO DE 2014.

Aos treze dias do mês de março do ano dois mil e quatorze, às doze horas, na sede social, na Av. Barbacena, 1.200, 17º andar, ala A1, em Belo Horizonte-MG, realizou-se reunião do Conselho Fiscal, com a presença dos Conselheiros Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond, Lauro Sander, Luiz Guaritá Neto, Thales de Souza Ramos Filho, Bruno Gonçalves Siqueira, Aliomar Silva Lima, Salvador José Cardoso de Siqueira e por teleconferência, do Ari Barcelos da Silva. Assumiu a Presidência da Mesa, na forma estatutária, o Conselheiro Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond que, após haver verificado a existência de “quorum”, deu início aos trabalhos, convidando a mim, Alexandre de Queiroz Rodrigues, pela Superintendência da Secretaria Geral e Executiva Empresarial, para secretariar os trabalhos; e, registrando a presença do Superintendente de Auditoria Interna, Eduardo Luiz de Oliveira Ferreira, do Superintendente de Controladoria, Leonardo George de Magalhães, e de representantes da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. Em seguida, o Sr. Presidente teceu breve comentário sobre o relatório do Canal de Denúncias da Cemig, Cemig D e Cemig GT, referente ao período de 09-12-2013 a 21-02-2014, tendo sido relacionadas, no total, dezoito denúncias consideradas operacionais. Após análise do mencionado relatório, os Conselheiros encaminharam as citadas denúncias à Superintendência de Auditoria Interna, para, conforme o caso, proceder ao arquivamento, ou, apuração e apresentação do relatório de conclusões e recomendações das providências administrativas e legais cabíveis; bem como para o cadastramento do andamento do seu processamento. Continuando os trabalhos, os Conselheiros analisaram o Estudo Técnico de Viabilidade para fins de registro contábil de créditos tributários diferidos da Companhia, constantes das Demonstrações Financeiras do exercício de 2013, em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários-CVM nº 371, de 27-06-2002, e opinaram favoravelmente sobre sua aprovação. Prosseguindo, os Conselheiros, após esclarecimentos prestados pelos auditores externos e pelo Superintendente de Controladoria, Leonardo Georges Magalhães, discutiram sobre o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2013 e os respectivos documentos complementares. Após verificarem que os documentos acima mencionados refletem a situação econômico-financeira da Empresa e considerando, também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e pelos auditores independentes, opinaram os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, favoravelmente à sua aprovação na Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se até 30-04-2014. Na sequência, o Sr. Presidente colocou em discussão a Proposta do Conselho de Administração àquela Assembleia Geral, referente à destinação do lucro líquido do exercício de 2013, no montante de R\$490.254 mil, conforme a seguir:

a) R\$24.513 mil, relativos a 5% do lucro líquido, sejam alocados à conta de Reserva Legal, em conformidade com a alínea "a" do parágrafo único do artigo 21 do Estatuto Social; b) R\$123.157 mil sejam destinados ao pagamento de dividendos através de Juros sobre o Capital Próprio - JCP, conforme CRCA-056/2013, de 11-10-2013, e CRD-410/2013, de 06-12-2013, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 05-12-2013; c) R\$140.443 mil forma de

dividendos de 2013, fazendo jus todos os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas na data da realização da AGO; d) R\$202.141 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros para garantir os investimentos da Companhia previstos para o exercício de 2014. Os pagamentos dos dividendos de 2013 serão realizados em duas parcelas, 50% até 30-06-2014 e 50% até 30-12-2014, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria Executiva. Após analisarem atentamente a aludida proposta e considerando, ainda, que foram observadas as normas legais pertinentes às matérias, os membros do Conselho Fiscal opinam favoravelmente à sua aprovação por aquela Assembleia. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente franqueou a palavra e, como ninguém quisesse se manifestar, mandou suspender a sessão pelo tempo necessário à lavratura da ata. Reaberta a sessão, o Sr. Presidente solicitou ao Secretário que procedesse à leitura da mesma. Em seguida, depois de colocar em discussão e submeter a votos a referida ata e verificando haver sido a mesma aprovada e assinada, o Sr. Presidente agradeceu a presença dos Senhores Conselheiros e deu por encerrados os trabalhos. E para constar, eu, Alexandre de Queiroz Rodrigues, Secretário, a redigi e assino juntamente com os presentes.

aa.) Alexandre de Queiroz Rodrigues
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond
Luiz Guaritá Neto
Thales de Souza Ramos Filho
Lauro Sander
Bruno Gonçalves Siqueira
Aliomar Silva Lima
Salvador José Cardoso de Siqueira
Ari Barcelos da Silva

Anexo 7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Cemig Distribuição S.A.

Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras,

independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Reapresentação dos valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Conforme descrito na nota explicativa nº. 2.5 às demonstrações financeiras, em decorrência de mudança de política contábil, os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2012 e as informações contábeis correspondentes, relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido; dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)

Sem ressaltar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, chamamos atenção para o assunto descrito na nota explicativa 12 às demonstrações financeiras, referente ao registro feito pela Companhia, na forma de redução do custo de energia comprada para revenda, de repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações financeiras é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria das informações contábeis do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2012

O exame do balanço patrimonial individual levantado em 1º de janeiro de 2012, ora reapresentado em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa nº 2.5, conforme previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 14 de agosto de 2013, sem ressalvas.

Belo Horizonte, 13 de março de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

José Ricardo Faria Gomez

Contador

CRC-SP 218.398/O-1 T/MG